

Leitura, Resenha E Remição

Ariele Eidt¹

Daniel Pulcherio Fensterseifer²

¹ Graduação em Licenciatura em Língua Portuguesa e Literatura, Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa, Língua Espanhola e Literatura pela Instituição Faculdade Venda Nova do Imigrante, Mestre em Letras pela Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e da Região das Missões. E-mail do autor: ariele.ae@hotmail.com.

² Graduação Doutor e Mestre em Ciências Criminais pela PUCRS. Professor do PPG em Educação e do Curso de Direito na Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI-FW.

RESUMO

O presente trabalho trata dos resultados de uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório desenvolvida no curso de Mestrado em Letras da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões. Buscou-se compreender e discutir a possibilidade de remição da pena de presos por leitura, a partir da Recomendação nº 44 de 2013 do Conselho Nacional de Justiça. Teve como objetivos conhecer o projeto remição de pena de presos por leitura no sistema penitenciário, pesquisar a importância da leitura, investigar a relevância do projeto de remição por leitura, compreender o processo de remição por estudo/leitura e conhecer as condições para a leitura. Para isso, a pesquisa foi elaborada a partir da leitura de obras, teses, revistas acadêmicas e artigos científicos sobre conceitos de leitura, a sua importância, remição de pena de presos por meio da leitura, ressocialização de presos e sistema penitenciário brasileiro. A partir desta pesquisa foi revelada a importância e a possibilidade de implantação de projetos relacionados à remição da pena de presos pela leitura. Registrou-se também a relevância de oportunizar o acesso ao estudo e ao conhecimento à população encarcerada como instrumento fundamental à formação de valores e princípios que podem reduzir as chances de envolvimento com a justiça penal. Desta intersecção entre o mundo da prisão e o mundo da leitura, abre-se uma possibilidade no tempo em que o leitor por um instante parece estar livre e autorizado a viver outra história.

Palavras-chave: Leitura. Remição. Ressocialização. Direito Penal. Prisão.

Date of Submission: 13-08-2024

Date of Acceptance: 31-08-2024

I. LEITURA E CÁRCERE

A prática da leitura no Brasil tem sido objeto de estudos há anos. Nas escolas, a discussão da leitura ofertada coletivamente por meio de bibliotecas, cantinhos de leitura, salas de leitura ou qualquer espaço físico em que os livros são abrigados, ainda é pouco desenvolvida, e os professores apresentam pouco interesse na prática pedagógica e até limitam a vida acadêmica do aluno, como demonstram pesquisas, diagnósticos e avaliações recentes do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE). O que relatar então do espaço fechado, de alguém que foi privado de sua liberdade, que não conhece ou não tem acesso a uma biblioteca e tão pouco acesso à leitura?

A leitura é um processo que leva o sujeito para fora das circunstâncias em que se encontra e em contrapartida o induz a buscar cada vez mais autonomia, participação social, baseando-se em ideias próprias. “Uma das funções primordiais da leitura é a de nos preparar para uma transformação”. (BLOOM, 2000, p. 17) O processo de leitura está impregnado no exercício pleno da cidadania, uma vez que nos induz à reflexão e é capaz de nos fazer ultrapassar modelos prontos e massificados de mundo e escolhas, não nos tornando apenas meros reprodutores de ideias e conceitos.

A Constituição da República de 1988, no artigo 6º, reconheceu a educação como direito. A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

O direito à educação é uma forma de sobrevivência do Estado Democrático de Direito, uma vez que torna suscetível o desenvolvimento da personalidade humana de cada indivíduo, norteado pelos seguintes princípios da Constituição da República: a dignidade da pessoa humana, solidariedade, igualdade, proibição do retrocesso social, entre outros. (SOUZA, 2010, p. 19)

Esse direito de estudo também pode possibilitar a remição da pena do detento. De acordo com Mirabete (2007, p. 265), "remição é uma nova proposta inserida na legislação pela Lei nº 7.210/84, que tem como finalidade mais expressiva a de abreviar, parte do tempo da condenação".

A remição da pena por estudo mediante a leitura concretiza ações para a integração social do apenado, de acordo com o previsto no artigo 126 da Lei nº 7.210/84, em que propõe a leitura como forma reintegradora à sociedade, conforme recomenda a resolução nº 03, de 11 de março de 2009, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Nesse sentido, proporciona-se ao interno, de forma voluntária, a leitura de obras da literatura universal.

A leitura é fundamental no processo de formação de qualquer cidadão, ela ganha ainda maior conotação quando se fala em resgate da cidadania de pessoas que estão privadas de liberdade, ou melhor, necessitam integrar-se, novamente, à sociedade.

O que se pretende é que as ações voltadas para a boa leitura nos estabelecimentos penais sejam ampliadas e direcionadas a todos os apenados alfabetizados que demonstram interesse. Esta pesquisa objetiva-se em conhecer o projeto remição de pena de presos por leitura no sistema penitenciário catarinense e paranaense, por serem referências nacionais, pesquisar a importância da leitura, investigar a relevância do projeto de remição por leitura, compreender o processo de remição por estudo/leitura,

Este trabalho justifica-se pela necessidade de criar projetos que oportunizem aos internos o acesso ao estudo e conhecimento como instrumento fundamental para a ressocialização, assim, torna-se imprescindível a busca de alternativas para complementar a rotina do ambiente prisional.

Nesse viés, entende-se que a oportunidade da leitura no ambiente prisional é essencial, pois, além de ser um recurso indispensável à construção do sujeito enquanto cidadão pode promover a autonomia, a capacidade de reflexão e análise bem como propiciar aos indivíduos a competência de encontrar soluções e novas expectativas em relação à própria vida, interferindo de modo salutar em suas relações com o seu meio social. As práticas educacionais de ensino e aprendizagem não se limitam apenas a espaços escolares, embora que o acesso à educação ainda não é assegurada a todas e todos, sobretudo se olharmos para os grupos sociais excluídos da sociedade, como as pessoas encarceradas.

Para Freire (2002), educar é ir além da simples transferência de conhecimento é oportunizar o sujeito leitor de conhecer a realidade e transmitir ao próximo à dinâmica de construção da vida. Essa perspectiva freireana (2002) propõe uma educação fundada na ética, no respeito, na dignidade e na própria autonomia do educando, a qual possibilita a capacidade de construção, reconstrução e conhecimento da realidade. Neste viés, o ser humano deixa de ser um mero espectador do mundo.

As penitenciárias apresentam um ambiente completamente distinto, com arquitetura diferente, com trancas, portões, celas e uma rotina que demonstra o sentimento de punição ou justiça que a sociedade tem sobre as pessoas que transgridem as normas de condutas sociais. Para o senso comum, transita a ideia de que estas pessoas merecem “sofrer”, “pagar em dobro” pelo que fizeram, como se o sofrimento humano fosse capaz de expurgar a culpa pelo delito cometido: qualquer intervenção sobre ele pelo enclausuramento, pelo trabalho obrigatório visa privar o indivíduo de sua liberdade, considerada ao mesmo tempo como um direito e como um bem (FOUCAULT, 2012, p. 16).

O art. 21 da Lei de Execução Penal prevê a existência de bibliotecas no sistema penitenciário. Concretizar a implantação da biblioteca e torná-la eficaz em sua função não é tarefa simples, pois, com base nele, ocorre uma mudança significativa na vida de cada preso, na estrutura do presídio, no dia-a-dia do presidiário, na busca de alternativas de manutenção do acervo, na sociedade, na comunidade e nas famílias de detentos que colaboram desde a doação de livros e estantes até o incentivo da leitura. Quebra-se um preconceito em relação aos apenados, possibilita-se um novo olhar sobre estes e facilita-se a sua ressocialização.

É necessário acreditar que as pessoas podem se transformar através da leitura de livros. A constatação é de Silva (2009), que dedicou anos de estudo à temática da leitura. Ele afirma que uma biblioteca amplia a visão de mundo, as práticas diárias, evita as decisões ocasionais e impulsionadas e abre as fronteiras de participação dentro da própria comunidade. “Acho que um acervo leva com ele a esperança de fazer as pessoas se movimentarem para outros lugares” (SILVA, 2009, p.12). “O livro é o mestre dos mestres” (p.13). Afirma Silva (2009) que o livro contém possibilidades, sonhos e realidades. Mas sozinho é morto. Quem dá vida para ele é o leitor, leitor este que pode ser qualquer um, inclusive o encarcerado, desde que lhe seja ofertado.

Conforme Cesarino (2007), “as bibliotecas são instituições muito antigas que sobrevivem há anos, adaptando-se às diversas mudanças políticas, sociais e tecnológicas” (p. 11). Essa sobrevivência, por si só, já é suficiente para provar sua relevância social e que cabe à biblioteca uma função importante na sociedade, a função de servir a todos, sem distinção, oferecendo-lhes informações, cultura, lazer e possibilidades.

Com base no que sustentam as teorias tradicionais da pena, pode ser entendido que a capacidade de reflexão dos detentos deveria ser prioridade para o sistema prisional, fazendo-os compreender a realidade que os cerca, as mudanças e até as suas falhas para iniciar o seu processo de transformação, a sua capacidade crítica e criadora do indivíduo a fim de orientá-lo em suas decisões e escolhas certas. A Biblioteca Prisional e a leitura são aliadas no processo de ressocialização, no exercício da cidadania, na aprendizagem, na autonomia e na potencialização das capacidades intelectuais, auxiliando-os e ofertando perspectivas e expectativas melhores.

Embora as teorias preventivas da pena sejam contestáveis, para elas a ressocialização ou reabilitação social constitui uma das finalidades do sistema de execução penal e é de suma importância que os presos usufruam dos serviços de assistência. Há pouco tempo um novo serviço de assistência foi desenvolvido, a possibilidade de remir a pena por meio da leitura. Para isso, há a necessidade da criação e implantação de uma biblioteca no presídio. Após a efetivação desta implantação, projetos de leitura poderão ser ofertados e auxiliarão em vários aspectos, inclusive na remição da pena do preso por meio da leitura.

A educação e a cultura são direitos de todo e qualquer ser humano. A resolução de 1990 da ONU trata da educação nas prisões e recomenda que todos os presos devem ter acesso à educação, prevenindo-o, reeducando-o e ressocializando-o.

Segundo a recomendação n. 44 do CNJ, o preso terá o prazo de 21 a 30 dias para a leitura de uma obra, apresentando ao final uma resenha a respeito desta, que então será avaliada por uma professora da área de Letras. Cada livro lido remede quatro dias da pena, com limite de 12 obras ao ano, ou seja, no máximo pode haver remição de 48 dias da pena ao ano por leitura.

Este trabalho pretende contribuir de forma efetiva para a ressocialização dos internos em confluência com o processo de cidadania e humanização do sistema por meio da leitura como meio de construção do conhecimento, autoconhecimento, aperfeiçoamento, autoestima e acesso à cultura.

1.1 Tipos de leitores

A capacidade de comunicação é algo que nos define enquanto seres, enquanto a capacidade criativa nos caracteriza enquanto humanos, destaca Travaglia (1997). Se há a capacidade de intervir na natureza a nossa volta e produzir a experiência dos sentidos, também devemos ser capazes de reunir todos os polos de cada experimento social enquanto acervo de conhecimento que num primeiro momento se dá em alcance pessoal e, a seguir, se expande como possibilidade coletiva.

O leitor é alguém que, por iniciativa própria, é capaz de selecionar, dentre a diversidade de textos que circulam socialmente, aqueles que podem atender a uma necessidade sua, que consegue utilizar estratégias de leitura adequada de forma a atender a essa necessidade. É alguém que compreende o que lê e que entende que ler vai além da decodificação de palavras e que sabe que, na leitura, muitas vezes o mais importante não está escrito (elementos implícitos). É também alguém capaz de estabelecer relações entre o texto que lê e outros textos já lidos, que sabe que é possível atribuir vários sentidos a um texto, que consegue justificar e validar a sua leitura a partir de apurada reflexão e análise.

Leitor é aquele que, diante da infinidade de livros e enredado em uma trama de significados, sempre pode ler de outro modo e tomar decisões do tipo que nos propõe o grande escritor Ricardo Piglia (2006), “nem tudo é ficção, mas tudo pode ser lido como ficção” (PIGLIA, 2006, p. 47). Assim, o leitor é sempre o grande atualizador da obra, é aquele que mantém vivo o poder iluminativo de uma invenção literária.

Pensar nos modos como nos relacionamos com o mundo a nossa volta e a forma como nos expressamos e assimilamos a expressão de outrem soa como elemento decisivo para consolidar nossa própria consciência enquanto seres sociais, representações celulares de um organismo complexo e dinâmico que se estabelece a partir de relações e conexões. Nada mais coerente, portanto, que a reflexão a respeito do registro da cultura (através da preservação da linguagem expressa, seja através da palavra, da imagem, do som ou de qualquer outro suporte já existente ou ainda que venha a ser criado) de modo a possibilitar a transmissão do que podemos compreender como patrimônio da coletividade.

Travaglia (1997) afirma que o conhecimento só tem sentido se partilhado, do contrário torna-se instrumento de dominação. Compreender os níveis de leitura e leitores, propondo paralelos de debate entre as diversas possibilidades de expressividade dos saberes (através do livro e suas diversas configurações) apresenta-se de modo especial destacado a quem se propõe a compreender e mesmo intervir no processo de construção social desempenhado pelo campo (desafiadoramente amplo) da cultura.

É pertinente resgatar um velho dito, muito repetido em sala de aula: só escreve bem quem lê bem. Não podemos dissociar uma prática da outra. A expressividade dialoga com o âmbito cultural do indivíduo, com sua capacidade de apreensão, assimilação e construção de senso crítico a respeito do ambiente que o rodeia, dos enunciados comunicativos que o alcançam e dos saberes que recebe involuntariamente ou que busca como objetivo específico a ser obtido por uma prática de aprendizado (e aqui reside o sentido desse longo introduto: a leitura em seus múltiplos níveis como alimento para essa inserção do indivíduo no contexto mais dinâmico de interação social).

A criticidade é uma característica esperada nos leitores. Porém, podemos começar questionando: como se desenvolverá criticidade em indivíduos que são resultado direto de uma população que lê pouco, interpreta pouco e interage pouco?

Atentemos para alguns aspectos que são preponderantes: especialmente neste tempo, vê-se muita resposta aos estímulos (político-sociais, por exemplo), em que se ausenta a reflexão e reproduz-se apenas

apropriação de discursos prontos. Para que se possa viabilizar a necessária intervenção do leitor no contexto social onde está inserido, parece ser necessária uma nova alfabetização (SANTAELLA, 2004).

Viabilizar a proposição, no ambiente universitário, de práticas educacionais que possam promover transformações sociais, parece um objetivo intensamente atrelado não apenas ao desafio de construir afinidade entre o estudante e as práticas da leitura, interpretação e manifestação dos textos/discursos, mas também ao necessário alcance de novos níveis (mais dinâmicos) de leitura, apreensão e reação aos saberes.

Não cabe questionar ou renegar a dinâmica do processo de formação de leitores, ao contrário, quando afirmamos a possível necessidade de construção de um novo nível de leitura, estamos chegando ao ponto culminante dessa construção gradual que o indivíduo deve trazer consigo desde a alfabetização.

De acordo com Santaella (2004), as múltiplas linguagens e suas potencialidades expressivas são um ponto particular necessário a ser inserido nesta análise, evocando a necessidade de reconsideração dos papéis professor/aluno. Então se alerta para que não apenas se atentem os esforços no sentido da construção/consolidação/ampliação dos hábitos de leitura tradicional (suporte impresso) ao estudante, como também a instrumentalização do professor para que circule no universo simbólico das leituras tecnológicas, apropriado com muita naturalidade pelos estudantes deste tempo, embora que esta possibilidade de leitura tecnológica se limita apenas à escolas e ainda não seja possível no ambiente prisional.

Conforme Travaglia (1997), vivemos diariamente, um processo contínuo de ressignificação da linguagem seja a partir dos suportes ou a partir dos discursos: não se tem mais a opção da comodidade das zonas de conforto, é preciso viabilizar a figura de agentes dinâmicos no processo de construção do conhecimento e partilha dos saberes construídos.

Há pouco tempo, a comunicação interpessoal dependia de contratos prévios de interligação, ou seja, o relacionamento interpessoal – ainda que mediado – exigia materialidade na relação, referenciais físicos fixados e de conhecimento/domínio entre todos os interlocutores do processo comunicativo. Se “Fulano A” pretendia comunicar-se com “Fulano B”, por linha telefônica, era necessários que ambos estivessem conectados em uma relação prévia direta ou indireta (entre si ou facilitada por novos indivíduos que mantivesse o referencial de conhecimento entre ambos), cita-se a necessidade de ambos possuírem linha e aparelho telefônico, bem como conhecer o código numérico um do outro e dominar o procedimento necessário para efetuar o contato.

A possibilidade do correio formal, para envio de correspondências escritas, requeria a existência de um endereço fixo onde a correspondência deveria ser endereçada, o conhecimento prévio do mesmo e a certeza de que – se endereçada a tal destino –, a “carta” chegaria até as mãos do destinatário.

A comunicação massiva também dependia de referenciais físicos e fixos: um estúdio que codifica a mensagem sonora ou visual e transmite através de ondas eletromagnéticas para sistemas de recepção compostos por antenas e aparelhos decodificadores fixos, sendo que o receptor não detinha poder de reagir ou interagir ao conteúdo, ou seja, não se podia pressupor uma intencionalidade de resposta.

A comunicação, a partir do desenvolvimento do referencial tecnológico que baseia a ubiquidade (comunicação mediada por dispositivos digitais móveis) reinventa-se, assim como reinventa o próprio modo de construir relações interpessoais. O modo de ver e ler o mundo se transforma assim como se transforma a possibilidade de interagir e reagir ao mundo (SANTAELLA, 2004).

Hoje, como relata Santaella (2004), é fato que vivemos em estado de realidade aumentada (seja no convívio diário interpessoal que se expande para além da proximidade física, seja através de nossas ações de produção/consumo de conhecimento e informação, como o que acontece com o cinema, a arte, a literatura, a música, etc).

O ser humano se encontra cada vez mais submerso em um novo conceito de realidade que mistura em níveis cada vez mais interconexos, o real e o virtual, sendo um atrelado a possibilidade de expansão do outro. Especificamente no campo da literatura/leitura, chegamos a novos termos onde o conteúdo produzido está desafiado a manifestar-se em cada vez maior amplitude de linguagens possíveis.

Textos já não têm sido compostos, levando em conta apenas a grafia de letras que se interligam para formar palavras e palavras que se interligam formando frases, que por sua vez, se interligam compondo um discurso. Hoje o caráter imagético migrou da interpretação criativa pura para o inter-relacionamento de linguagens, sendo que um texto pode ser composto por palavras, sons, imagens e até impressões sensoriais, levando em consequência à necessidade de construção de novos conceitos/entendimentos a respeito do desenvolvimento do público leitor.

Hoje, a alfabetização está muito mais relacionada a um conceito de formação de um leitor de mundo, capaz não apenas de interpretar as mensagens emitidas através dos distintos aparatos tecnológicos, como também de compreender e refletir a inter-relação entre estes diversos suportes e as possibilidades expressivas que emanam dos mesmos quando interconectados intencionalmente ou não (SANTAELLA 2004).

O leitor do século XXI é conhecido pela sua habilidade de ler, interpretar e decodificar variados signos. Na Idade Média, tínhamos um leitor meditativo de um texto/livro, de uma figura fixa. Já, após a massificação livresca, surgiu um leitor fragmentado, que vê e sente os estímulos do seu contexto e respeita as fases da leitura.

Segundo Cervo & Bervian (1983, *apud* Andrade, 1999, p. 20- 21), as fases da leitura informativa ou de estudo são:

- i) leitura de reconhecimento ou pré-leitura: também classificada por outros autores como leitura prévia ou de contato, tem como finalidade dar uma visão global do assunto, ao mesmo tempo em que permite ao leitor verificar a existência ou não de informações úteis para o seu objetivo específico; trata-se de uma leitura rápida, “por alto”, apenas para permitir um primeiro contato com o texto;
- ii) leitura seletiva: o objetivo é a seleção de informações mais importantes e que interessam à elaboração do trabalho em perspectiva;
- iii) leitura crítica ou reflexiva: leitura de análise e avaliação das informações e das intenções do autor. A reflexão se dá por meio da análise, comparação e julgamento das ideias contidas no texto;
- iv) leitura interpretativa: é a mais completa, é o estudo aprofundado das ideias principais, onde se procura saber o que realmente o autor afirma, quais os dados e informações ele oferece, além de correlacionar as afirmações do autor com os problemas em questão.

Segundo Santaella (2004), existem quatro tipos de leitores. Antes de apresentar cada um deles é importante compreender que o “leitor do livro é o mesmo da imagem e este pode ser o leitor das formas híbridas de signos e processos de linguagem, incluindo nessas formas até mesmo o leitor da cidade e o espectador de cinema, TV e vídeo”. (SANTAELLA, 2004, p. 16).

O primeiro tipo é o leitor contemplativo, aquele leitor da era do livro impresso, da imagem fixa e da leitura silenciosa. Esse tipo de leitor e sua prática “criou a possibilidade de ler textos mais complexos” (CHARTIER, 1997, p. 24). Ao delinear esse tipo de leitor, Santaella (2004) volta seu olhar à leitura individual, solitária, de foro privado, na qual acontece a “leitura de numerosos textos, lidos em uma relação de intimidade, de uma forma silenciosa e individualmente”. (p. 24). Este é o leitor do presidio, que na atualidade apenas tem acesso à livros impressos.

Esse tipo de leitor nasce da relação íntima entre o leitor, livro e os níveis de leitura. Segundo Mortimer J. Adler e Charles Van Doren (1940 *apud* MEDEIROS, 2003, p. 35), os níveis de leitura de um texto são:

- i) elementar: leitura básica ou inicial. Ao leitor cabe reconhecer cada palavra de uma página. Leitor que dispõe de treinamento básico e adquiriu rudimentos da arte de ler;
- ii) inspeccional: caracteriza-se pelo tempo estabelecido para a leitura. Arte de folhear sistematicamente;
- iii) analítica: é minuciosa, completa, a melhor que o leitor é capaz de fazer. É ativa em grau elevado. Tem em vista principalmente o entendimento;
- iv) sintópica: leitura comparativa de quem lê muitos livros, correlacionando-os entre si. Nível ativo e laborioso de leitura.

Acredita-se que, durante a leitura, a sua concentração se volta completamente para essa prática. Conforme Manguel (1997) e Orlandi (1997) a bagagem de leitura do leitor determina seu grau de compreensão e interpretação na construção de outros sentidos, ou seja, sua bagagem cultural permite a intertextualidade “cada leitura nova baseia-se no que o leitor leu antes” (MANGUEL, 1997, p. 33).

Na leitura de um livro, por mais que é seguida uma sequência, é possível ir e vir, reler, reinterpretar, ressignificar e contemplá-la à sua maneira.

O segundo tipo de leitor, conforme Santaella (2004) é o leitor Movente (Fragmentário), um leitor capaz de compilar diversas imagens e novas formas de ler. Com o surgimento da televisão, jornal impresso, cinema e demais tecnologias, surgiu um leitor com características do leitor contemplativo, mas que também apresenta novas formas de ler.

Leitor de formas, volumes, massas, interações de forças, movimentos; leitor de direções, traços, cores; leitor de luzes que se acendem e se apagam; leitor cujo organismo mudou de marcha, sincronizando-se à aceleração do mundo. (Santaella, 2004, p. 30).

Segundo Santaella (2004), essas habilidades do novo tipo de leitor são inquestionáveis, pois ele é capaz de conviver com diferentes signos, interpretá-los na velocidade e intensidade que circulam nesse universo. Wirth (1998) destaca que, mediante a leitura de fragmentos, o leitor tem a liberdade de estabelecer a ordem das informações, surge à ordem associativa, em que o próprio leitor relaciona informações, imagens e leituras. Esse ato só é possível por meio da leitura.

Santaella (2004) destaca que essa flexibilidade do leitor movente abriu o caminho ao tipo de leitor mais recente “o leitor imersivo”.

O Leitor Imersivo ou virtual, assim como citado acima, surge da multiplicidade de imagens e ambientes virtuais de comunicação imediata. Esse novo tipo de leitor está a todo o momento apto a receber e ler novas informações e traça seu próprio caminho em navegações alineares ou multilineares.

De acordo com Santaella (2004), as habilidades de leitura do leitor imersivo são muito distintas daquelas que são empregadas pelo leitor de um texto impresso como o livro. Por outro lado, são habilidades também distintas daquelas que são empregadas pelo receptor de imagens ou espectador de cinema e televisão.

Com o grande avanço das redes de telecomunicação, principalmente da internet, surge um leitor que possui novas formas de recepção, percepção e cognição do texto. Presente fisicamente e no ciberespaço ao mesmo tempo, caracterizado como leitor ubíquo, que é aquele que “pode penetrar no ciberespaço informacional, assim como pode conversar silenciosamente com alguém ou com um grupo de pessoas a vinte centímetros ou a continentes de distância” (SANTAELLA, p. 35, 2014).

Assim, no leitor ubíquo, “o controle motor reage, em frações de segundos e sem solavancos ou descontinuidades, aos estímulos que vêm do mundo ao redor e do mundo informacional” (SANTAELLA, p. 36, 2014).

Nessa medida, Santaella (2004) não vê muitas diferenças entres os tipos de leitores, porém há habilidades que os diferem. A sua pesquisa consistiu exatamente em conhecer e delimitar esse novo leitor, suas transformações sensoriais, perceptivas e cognitivas. São leitores que, mesmo estando em espaços distintos do ciberespaço que propiciam maior interatividade, estão diretamente ligados aos perfis de leitores tradicionais de livros, revistas ou jornais, pois buscam reconhecer um determinado contexto a partir da leitura tradicional, agora com mais dinamismo e diversidade.

O leitor só passou a ter importância significativa com a teoria da Estética da Recepção, fundada por Jauss e seus colegas da Escola de Constança, destacando o leitor como principal agente do processo literário. Sendo assim, de acordo com sua posição histórica e experiências anteriores, o leitor vai conquistando, aos poucos, seu papel como produtor de sentidos.

O fato de o leitor ser capaz por meio da literatura de visualizar aspectos de sua prática cotidiana de modo diferenciado é justamente o que provoca a experiência estética e o que intensifica a importância de trabalhar a obra a metamorfose, pois “a função social somente se manifesta na plenitude de suas possibilidades quando a experiência literária do leitor adentra o horizonte de expectativas de sua vida prática”. (JAUSS, 1994, p. 50)

Jauss (1994) afirma que o saber prévio de um público ou o seu horizonte de expectativas determina que a recepção e a disposição desse público estão acima da compreensão subjetiva do leitor. A nova obra suscita perspectivas e expectativas, desperta lembranças e “conduz o leitor a determinada postura emocional e, com tudo isso, antecipa um horizonte geral da compreensão” (JAUSS, 1994, p. 28).

O texto deve ser analisado, considerando-se a recepção da obra na época de seu contexto de produção em comparação à recepção no momento atual de leitura, processo ao qual Jauss (1994) dá o nome de atualização. Para isso, o leitor evoca, no ato da leitura, todo o seu conhecimento prévio, seu repertório de experiências sociais e de códigos em vigor, seu horizonte de expectativas para desvendar a obra. Mesmo a obra sendo do século passado, essa ainda faz sentido para quem a lê atualmente. “Quando a obra passa de um contexto histórico para outro, novos significados podem ser dela extraídos” (EAGLETON, 2006, p. 98).

O leitor não só deixa de ter um papel passivo de mero receptor da obra como passa a atualizá-la no ato de leitura. Assim, como defende Compagnon (1999), tanto o leitor, com suas experiências, conhecimentos e vivências, modifica a leitura da obra quanto a obra modifica as atitudes e valores do leitor.

II. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário acreditar que as pessoas podem se transformar através da leitura de livros. A leitura é uma atividade fundamental ao ser humano, vista como uma manifestação da alma, fonte de inspiração, reflexão, construção, sentimento, conhecimento, formação e amplia a visão do mundo, as práticas diárias, evita as decisões ocasionais e impulsionadas e abre as fronteiras de participação dentro do espaço de vivência.

A leitura passou por vários estágios e interpretações até os dias atuais, já foi considerada apenas como forma de decifração de códigos, porém, ela é um instrumento de formação da cidadania. Ler possibilita a compreensão das várias vozes e dos diversos sentidos que um texto pode trazer.

Ao pensar na pessoa privada de liberdade, medidas urgentes devem ser tomadas para que este possa retornar a sociedade com uma nova forma de pensar e enfrentar a realidade. Diante disso, a leitura exerce esse papel e contribui para que este processo de ressocialização e reintegração aconteçam.

REFERÊNCIAS

- [1]. BLOOM, Harold. **Como e por que ler**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 17.
- [2]. CESARINO, M. A. da N. (Org.). **Bibliotecas públicas municipais: orientações básicas**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura; Superintendência de Bibliotecas Públicas, 2007.
- [3]. COLL, César. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995, 3 v.
- [4]. COMPAGNON, Antoine. **O demônio da teoria: literatura e senso comum**. Tradução de Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

- [5]. COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2012. DRUON, Maurice. **O menino do dedo verde**. 2008. Disponível em: <<http://migre.me/q3VXc>>. Acesso em: 30 ago 2023.
- [6]. EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. Tradução de Waltensir Dutra. 6 ed. São Paulo: Marins Fontes, 2006.
- [7]. ECCO, Idanir. **Leitura: do conceito às orientações**. Disponível em: <<http://leituraebibliodiversidade.blogspot.com/2010/10/leitura-do-conceito-as-orientacoes.html>>. Acesso em: agosto de 2023.
- [8]. FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 40. ed. Tradução Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- [9]. FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1989.
- [10]. JAUSS, Hans Robert. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Trad. de Sérgio Tellaroli. São Paulo: Ática, 1994.
- [11]. JULIÃO, Elionaldo Fernandes; PAIVA, Jane. **A leitura no espaço carcerário**. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 32, n. 1, p. 111-128, abr. 2014. ISSN 2175-795X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2014v32n1p111>>. Acesso em: 09 jun. 2024. doi:<https://doi.org/10.5007/2175-795X.2014v32n1p111>
- [12]. JULIÃO, E. F. **Escola na ou da prisão?** *Caderno Cedes*, Campinas, v. 36, n. 98, p. 25-42, jan./abr. 2016. Disponível em: Acesso em: 10 jan. 2024.
- [13]. KOCH, Ingdore V.; ELIAS, Maria V. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2008.
- [14]. KRIEGL, Maria de L. de S. **Leitura: um desafio sempre atual**. *Revista PEC*, Curitiba, v.2, n.1, p.1-12, jul. 2002.
- [15]. LEME, José Antônio Gonçalves. **A cela de aula: tirando a pena com letras**. In: ONOFRE, Elenice Maria Cammarosano (Org.). **Educação escolar entre as grades**. São Carlos: EduFSCar, 2007. p. 111-160.
- [16]. MANGUEL, Alberto (1996). **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- [17]. MARCÃO, Renato. **Curso de Execução Penal**. 12. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2013.
- [18]. MIRABETE, Júlio Fabbrine; FABBRINE, Renato N. **Manual de Direito Penal**. Parte Geral. Arts. 1º a 120 do CP. 24ª Edição. Revista e Atualizada. Editora Atlas. São Paulo - 2007.
- [19]. PIGLIA, R. **O último leitor**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.
- [20]. TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1 e 2 graus**. 8. ed. São Paulo-SP: Cortez, 1997.
- [21]. WIRTH, Uwe (1998). **Literatura na internet, ou: a quem interessa, quem lê?** In: GIANNETTI, Claudia (Org.). *Ars Telematica, Telecomunicações, Internet e Ciberespaço*. Mediações, 93-116.
- [22]. YUNES, Eliana. "Apresentação". In: **Tecendo um leitor: uma rede de fios cruzados**. Curitiba: Aymarã, 2009, p.9
- [23]. SANTAELLA, Lucia. **Navegar no ciberespaço: o perfil do leitor imersivo**. São Paulo: Paullus, 2004.
- [24]. _____ **O leitor ubíquo e suas consequências para a educação**, 2014. Disponível em: http://www.agrinho.com.br/site/wp-content/uploads/2014/09/2_01_O-leitor-ubiquo.pdf. Acesso em: 02 de jun. 2024.
- [25]. SILVA, Ezequiel Theodoro. **Criticidade e leitura: ensaios**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.